



Sabrina Célia Ramos Aniceto¹
Sérgio Luiz Milagre Júnior²

ESCRavidÃO: REFLEXOS DE UM PASSADO

O Atlas da Violência de 2019, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), tem por objetivo construir e analisar o processo de crescimento da violência no Brasil. Entre os destaques, consta que cerca de 75% dos homicídios registrados no Brasil são contra negros. Como se não bastasse, esse grupo representa cerca de 2/3 da população carcerária do país.

Coincidência? Seria ingênuo acreditar que sim. Mais fácil apostar nas memórias indesejáveis que decorrem do estigma que alimenta o preconceito do legado do cativo.

O Brasil foi o último país da América do Sul a abolir a escravidão. Esse fato só se concretizou após um longo, gradual e doloroso processo, que teve início em 1850, com a Lei Euzébio de Queiroz, perdurou por 38 anos e somente teve fim em 1888, com a assinatura da princesa Izabel, pelo menos legalmente.

Como se percebe, em consequência disto, vê-se hoje, 131 anos após este regime no Brasil, que a escravidão ainda é um tema presente. Embora existam discursos de denúncia, bem como estudos sobre o assunto, algumas chagas ainda não foram fechadas, deixando uma grade parcela da população sem direitos básicos.

Algumas mídias alternativas tentam discutir essa questão, tal como o filme “Quanto Vale ou é Por Quilo?”. Sob direção de Sérgio Bianchi, o roteiro trabalha com a contraposição de dois tempos: de um lado, o tempo escravocrata, com seu antigo comércio de escravos; do outro, a atual exploração da miséria pelo marketing social. Como consequência, o filme traz à tona a permanência na atualidade de nosso passado escravista, deixando clara a impossibilidade de olhar o presente sem levar esse passado em conta, com racismos e solidariedades de fachada.

¹ - Autora do texto – Estudante de Direito da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete/MG, cursando o segundo período do Curso de Direito dessa Faculdade, desenvolve este texto dentro do “Projeto para Produção de Textos”, 5ª edição, ano III, 2º semestre de 2019.

² - Orientador do texto – Professor de História do Direito e Direito Internacional da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete. Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e em Direito pela Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL).



Percebe-se a continuidade do processo de profunda desigualdade racial no país. Ainda que se reconheça formas distintas de acordo com os diferentes cenários estaduais, certo é que permanece uma herança para o país.

Desta forma é notória a influência que um passado lamentável tem sobre o presente da sociedade brasileira, todavia nunca é tarde para buscarmos mudanças. Para que elas aconteçam, fica evidente a necessidade de que políticas públicas de garantia dos direitos, levando em conta tais diversidades para que possam melhor focalizar seu público-alvo e levando segurança aos grupos mais vulneráveis.

Não basta que o Estado crie leis ou programas de conscientização em massa entre outras medidas coercivas e educativas, é necessário que a população queira mudar e queira olhar para o próximo com mais empatia. Só a partir de uma mudança cultural que o espelho de um passado tenebroso se quebra e um futuro de prosperidade se constrói.